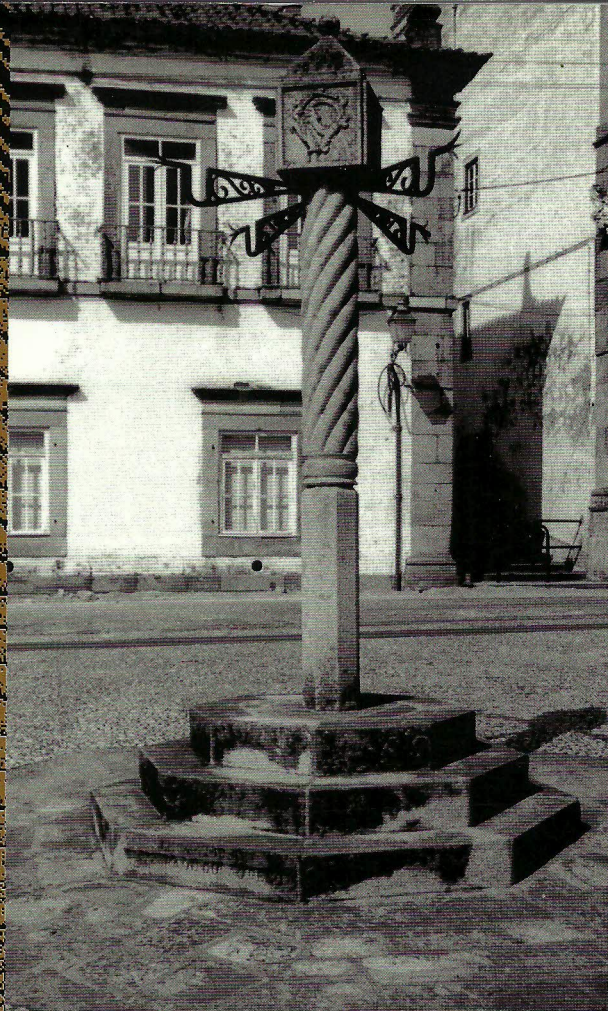


10

Colecção Fórum

- Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos
- Arqueologia Urbana



Caso de Estudo: O Inventário do Património Arquitectónico do Porto

Joaquim António de Moura Flores

INTRODUÇÃO

Inventário do Património Arquitectónico
Que Inventário?

Podemos considerar, ainda que correndo o risco de ser simplistas e redutores, a existência de duas tipologias globais de inventários de património arquitectónico. Numa primeira tipologia, englobam-se os inventários que se debruçam sobre os elementos a seleccionar segundo um determinado conceito de património definido inicialmente, mais redutor ou mais alargado, conforme as épocas e as sociedades. Pretende-se, com este tipo de inventário, concretizar o conhecido slogan «conhecer para proteger» ou seja: só conhecendo os valores patrimoniais existentes se pode estabelecer uma política adequada de protecção. Na medida em que se debruça normalmente sobre um património de excepção, esta tipologia de inventário permite um estudo mais aprofundado sobre cada um dos elementos inventariados, possuindo, assim, um contributo de relevo para a História de Arte.

A segunda tipologia está mais ligada ao planeamento de salvaguarda e, à partida, não estabelece critérios patrimoniais. Realiza um levantamento total e só posteriormente é que se atribuem ao conhecimento global da área em estudo as classificações patrimoniais e os respectivos graus de protecção e intervenção.

O objectivo primordial desta tipologia de inventário é auxiliar a gestão urbanística da área delimitada, sendo a salvaguarda patrimonial um dos objectivos a cumprir, entre outros.

Refira-se que, com o conceito cada vez mais alargado de património, existe uma tendência crescente de diluição das fronteiras entre estas duas tipologias de inventário.

O Inventário do Património Arquitectónico do Porto está mais próximo da segunda tipologia, na medida em que não tem, à partida, uma limitação associada a um conceito de património e a sua área de acção é todo o concelho do Porto. Assim, o objectivo é a realização de um levantamento sistemático sem selecção, tendo como unidade base a Rua, e sub-unidade o Lote. Procura-se o entendimento global do território, nas suas componentes geomorfológica, urbanística, arquitectónica, histórica e paisagística, apoiado numa equipa multidisciplinar, onde o fio condutor é o desenho de registo da realidade existente.

Pretende-se assim que este Inventário dê apoio à gestão urbanística e patrimonial e que permita a intervenção e transformação da cidade existente com conhecimento e qualidade.

BREVE HISTORIAL

Com a criação, em 1995, da Divisão do Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, foi considerada prioritária a organização de uma base de dados com informações relativas aos conjuntos, imóveis e sítios com interesse arquitectónico e paisagístico, existentes na Cidade do Porto. Neste sentido, foi constituído, em 1996, um Grupo de Trabalho cuja missão era discutir os objectivos e tipologias de um futuro inventário, sendo, desde o início, considerada indispensável a ideia de que este deveria ter ligações ao ordenamento do território. A partir dos trabalhos preparatórios desenvolvidos pelo Grupo, foi apresentada pela Câmara Municipal do Porto, em Maio de 1997, uma candidatura ao Sub-Programa C do Pronorte com o projecto «Inventário do Património Arquitectónico do Porto» (IPAP). De acordo com o enquadramento legal dos inventários definido na Lei do Património da época (13//85), foi celebrado um Protocolo de Colaboração com o IPPAR, em Setembro de 1997.

Na sequência das acções citadas, teve início, em Maio de 1998, o Projecto Piloto Inventário do Património Arquitectónico do Porto, co-financiado pelas entidades mencionadas (Câmara Municipal do Porto, IPPAR e Pronorte). O financiamento comunitário prolongou-se até ao ano 2000, data a partir da qual este ficou exclusivamente a cargo da autarquia.

No ano de 2001, foi apresentada uma candidatura do Sistema de Informação do IPAP ao Programa Operacional da Cultura.

ORGÂNICA

Em termos de orgânica, o IPAP é constituído pelas Equipas de Trabalho, que realizam o levantamento e tratamento da informação; pelo Grupo de Trabalho, que avalia o trabalho produzido e estabelece as metodologias e objectivos de um modo continuado e, por último,

a Comissão Permanente de Avaliação, cujo objectivo é estabelecer os níveis de valor patrimonial e os respectivos critérios de intervenção e de salvaguarda. As duas equipas de trabalho multidisciplinar, Levantamento e Tratamento e Informatização dos Dados, são compostas respectivamente, a primeira por 7 arquitectos, 1 arquitecto paisagista, 3 licenciados em História de Arte e 1 fotógrafo, e a segunda por 1 programador, 2 operadores de sistema, 1 técnico de património e 1 técnico de arquivo. O *Grupo de Trabalho* funciona com o Director do Departamento de Museu e Património Cultural, o Coordenador Geral, o Coordenador das Equipas de Trabalho, o representante do IPPAR e um consultor especialista em arquitectura do Porto. A Comissão Permanente de Avaliação, para além do Director de Departamento e dos Coordenadores já referidos, deverá agregar representantes do Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal do Porto, do IPPAR e das Faculdades de Letras e Arquitectura da Universidade do Porto. Poderão ainda ser pontualmente consultados especialistas das áreas de História, História de Arte, Arqueologia, Paisagismo, Urbanismo e Informática.

METODOLOGIA

Sendo um trabalho de natureza multidisciplinar, como foi referido, a metodologia implica a análise a diferentes níveis do território, cujo fio condutor é sempre o desenho. Tendo como unidade base a Rua, entendida na denominação lata do espaço público, o processo inicia-se pela análise da sua morfologia urbana através do tempo, pela comparação dos diversos registos cartográficos existentes. Paralelamente, executam-se os perfis do respectivo espaço público que permitem o desenho de registo realizado no local. Estes desenhos, para além do registo da fachada de cada um dos edifícios, permitem também obter

informações sobre os materiais utilizados, as funções que ocupam o edificado e qualquer outro pormenor relevante. Simultaneamente ao processo de desenho na rua, são também executados vários tipos de fotografias que alimentarão, posteriormente, as bases de dados de imagens de pormenor, de espaço público, de lote ou ainda de materiais ou elementos construtivos. Sempre que possível, realizam-se, também, registos de jardins públicos ou de logradouros privados, tendo sempre em conta a relação destes com o edificado confrontante. Com os desenhos de registo concluídos, inicia-se a fase de pesquisa em arquivo. Já com os índices de licenças de obras introduzidos previamente em base de dados, é possível iniciar a análise das diversas licenças de obras existentes nos vários arquivos, confrontando os desenhos de rua com os projectos arquivados.

ANÁLISE CARTOGRÁFICA

A análise da cartografia produz um grafismo semelhante ao reproduzido na figura 1. Contudo, não é habitual comparar um tão grande número de cartas, pois nem todas as ruas possuem

cartografia de todas as épocas referenciadas na figura. Por outro lado, não era possível dedicar um esforço de análise comparativa como este a todos os espaços públicos, pela escassez de tempo disponível. A situação mais comum de análise cartográfica corresponde à comparação de três situações: Planta de Telles Ferreira(1892), Planta de 1992 e Fotografia Aérea de 1992, todas elas pertença do Município. A primeira situação corresponde à mais antiga carta da cidade do Porto, fiável em termos de rigor, pois foi realizada pelo militar Augusto Gerardo Telles Ferreira, na segunda metade do século XIX, utilizando os métodos topográficos habituais dos levantamentos militares. O trabalho foi finalizado em 1892, tendo resultado em mais de 400 folhas à escala de 1:500 e 6 folhas síntese à escala de 1:5000. O rigor geométrico e a riqueza de pormenor desta planta permitem compará-la com a cartografia digital da C.M.P., realizada exactamente 100 anos depois, e que é, neste momento, a mais recente cartografia de traço do Município. A fotografia aérea de 1992 permite adicionar algum pormenor, particularmente em relação aos elementos que conformam os espaço verdes.

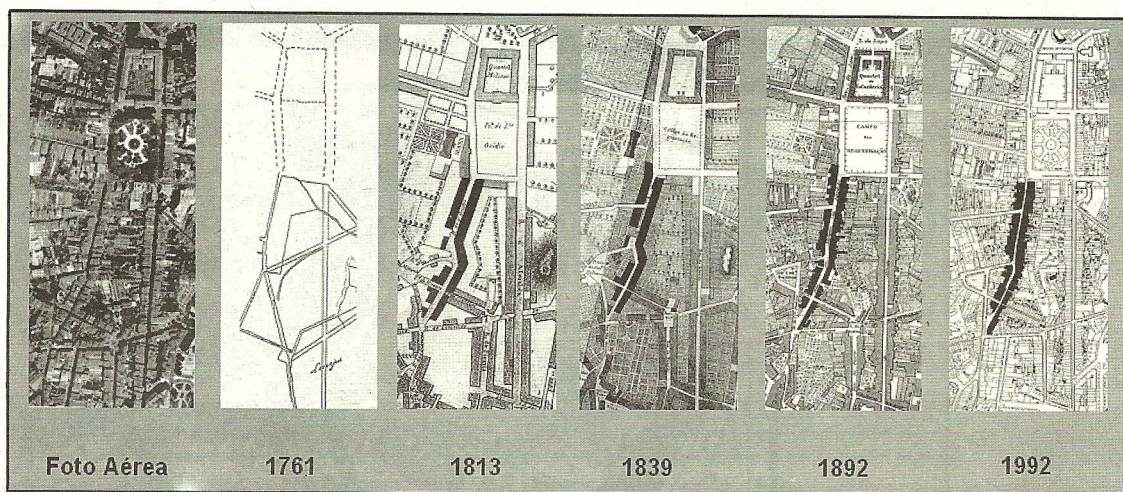


Fig.1 - Análise cartográfica da evolução da morfologia urbana - Rua dos Mártires da Liberdade

Mais recentemente, a fotografia aérea foi substituída pelo Orto-fotomapa de 1999, executado em parceria pelo Município e pela Sociedade Porto 2001, para dar apoio às obras de requalificação urbana da Capital Europeia da Cultura.

Na figura 2, apresenta-se uma variação da habitual análise cartográfica, pela introdução da fotografia aérea de 1939 e da planta de enquadramento. O primeiro caso justifica-se quando o registo aéreo dessa época pode trazer algum contributo para o entendimento do espaço público em estudo. O segundo tem a dupla finalidade de localizar um espaço público numa malha urbana mais alargada, em especial quando

este é de reduzida escala e se perde a sua localização num conjunto envolvente, bem como estabelecer as relações formais e urbanísticas com a restante malha urbana. No caso concreto da figura 2, é possível observar como a Praça do Império remata formalmente o eixo urbano, que é a Avenida Marechal Gomes da Costa.

DESENHO DE PERFIL

O processo que conduz à execução dos desenhos de alçado do espaço público inicia-se pela realização dos perfis desse mesmo espaço. Os perfis longitudinais são realizados à escala 1:200, a partir da base cartográfica digital de 1992 (figura 3) que contém a informação altimétrica e

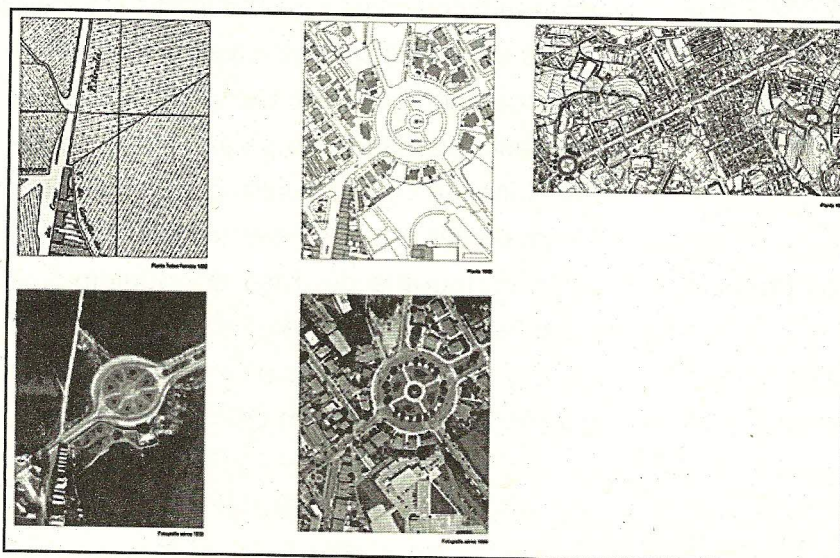


Fig.2 – Análise cartográfica da evolução da morfologia urbana – Montagem da folha da Praça do Império

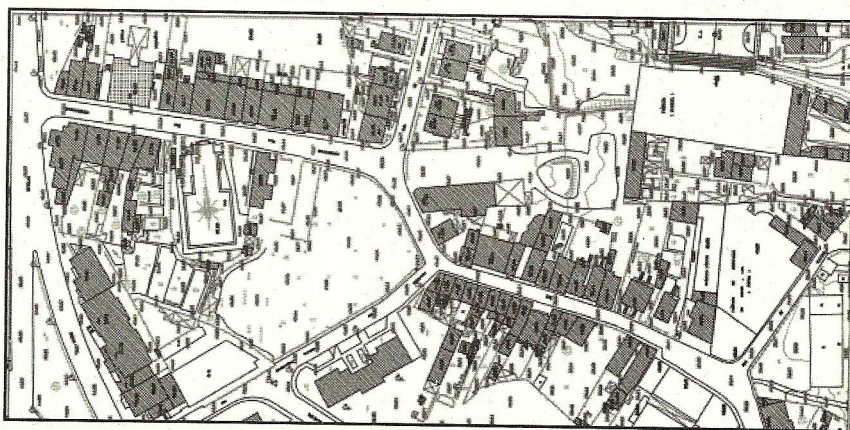


Fig.3 – Base cartográfica digital de 1992

planimétrica necessária, incluindo as cotas dos beirais e cornijas, permitindo colocar no perfil os volumes do edificado (figura 4); é com esta base que se desenha o alçado na rua.

DESENHO DE REGISTO DE RUA

O desenho de registo é uma interpretação do que é visível e daí a sua utilidade como processo de trabalho. Através da utilização de sombreados, é possível fazer a distinção volumétrica dos diversos planos de fachada. Por outro lado, e comparativamente à fotografia, é possível «limpar» as imagens de objectos que poderiam prejudicar a leitura das fachadas, como sejam automóveis, postes de iluminação, etc.. É utilizado um código de cores que permite distinguir os diversos tipos de materiais que compõem a paisagem urbana, como sejam: o azul para o ferro e o azulejo; a sépia para a madeira e a telha; o verde para os elementos de vegetação.

Para além dos elementos gráficos, fica também registada nas folhas de desenho alguma informação adicional que permitirá, posteriormente, ajudar a identificar alguns edifícios no arquivo, e que será de grande utilidade para caracterizar o edificado a diversos níveis nas bases de dados. Na grelha existente sob o alçado, colocam-se, assim, informações sobre os lotes, como sejam o número de polícia, os materiais de construção de relevância patrimonial e as funções que ocupam esses edifícios. Posteriormente, será também nesta grelha que os historiadores da equipa do IPAP colocarão as informações relativas às datas de aprovações dos projectos e das licenças existentes para cada edifício.

DESENHO DE COMPUTADOR

Quando a situação o justificar, ou numa fase posterior de tratamento da informação, os desenhos de registo poderão ser passados em

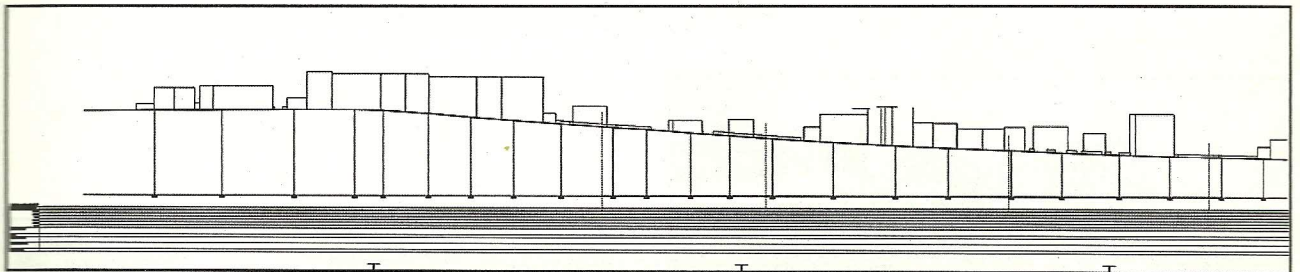


Fig.4 – Desenho de Perfil da Rua

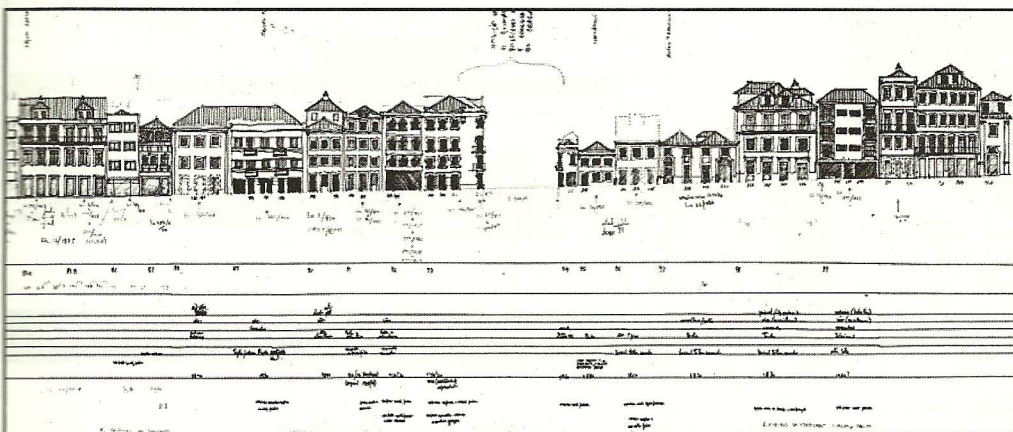


Fig.5 – Desenho de Registo de Rua

programa CAD para informação vectorial. Para poder executar esta passagem realizam-se medições nos desenhos de registo de rua que permitem executar os alçados com rigor. Nos projectos identificados em arquivo e que possuam desenhos que correspondam às fachadas ainda existentes, faz-se a respectiva digitalização com vista à sua introdução nos desenhos vectoriais.

EDIFÍCIO E RELAÇÃO COM O LOGRADOURO

Como já foi referido, para além do edificado, o IPAP realiza também o registo dos logradouros privados e espaços públicos com jardim. O essencial das análises e levantamentos efectuados centra-se na exploração da relação existente entre edifícios e logradouros ou espaços públicos, tendo em atenção neste processo o estudo das fachadas voltadas para o logradouro, por demais vezes negligenciadas.

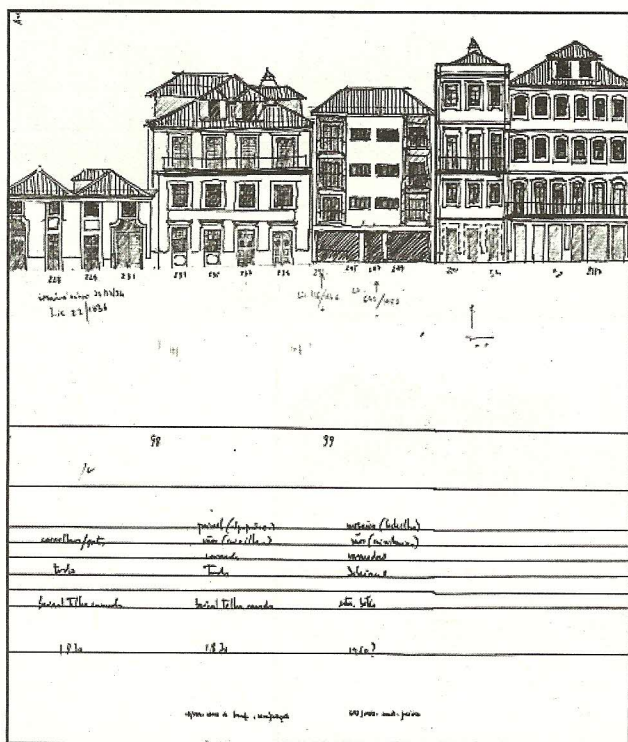


Fig.6 - Desenho de Registo de Rua (pormenor)

ANÁLISE SUMÁRIA DO LOGRADOURO

Não sendo possível fazer o levantamento exaustivo de todos os logradouros, realiza-se uma selecção através da análise cartográfica da rua, sendo possível detectar pela cartografia histórica os logradouros que já tiveram alguma relevância e, através da fotografia aérea, os que se apresentam ainda com algum relevo na estrutura urbana. Realiza-se, posteriormente, uma interpretação cartográfica de pormenor sobre os logradouros seleccionados, recorrendo às mesmas fontes utilizadas para o espaço público. A Planta de Telles Ferreira, pelo grau de pormenor que apresenta na representação dos elementos dos logradouros ou jardins, públicos ou privados, permite uma análise sumária de relevância, em particular se comparada com a situação existente actualmente.

REGISTO DO LOGRADOURO OU JARDIM

Em situações de excepcional interesse paisagístico-arquitectónico, ou quando o logradouro ou

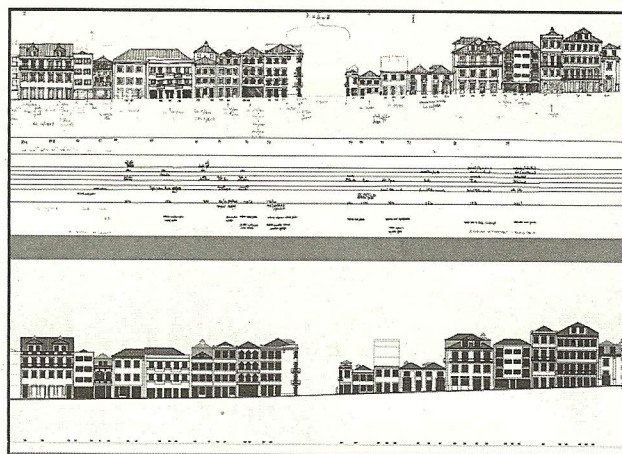


Fig.7 - Passagem do Desenho de Registo de Rua a Computador

jardim se encontram ameaçados por uma transformação radical, para além da interpretação cartográfica, realiza-se também um levantamento de pormenor, que resulta na elaboração de plantas que analisam os três níveis básicos de um espaço ajardinado: o nível de estrutura, o nível arbustivo e o nível arbóreo. Nestes desenhos, são identificadas as diversas espécies vegetais, assim como os elementos construídos que formam o logradouro ou espaço público. A figura 11 ilustra o registo do Jardim da Praça do

Marquês de Pombal, que se encontrava na eminência de ser alterado irreversivelmente pelas obras de instalação de uma estação subterrânea do Metro do Porto.

PESQUISA EM ARQUIVO

Complementar ao processo de desenho, realiza-se também a pesquisa histórica a vários níveis. Para complementar a análise morfológica do espaço público, recorre-se à história para compreensão dos processos sociais que deram

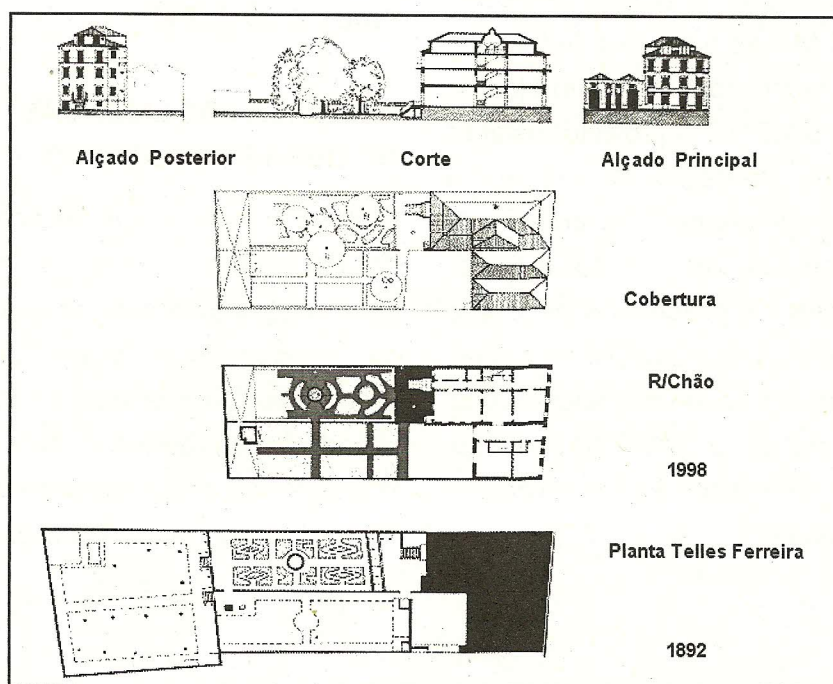


Fig.8 – Relação do Edifício com o Jardim

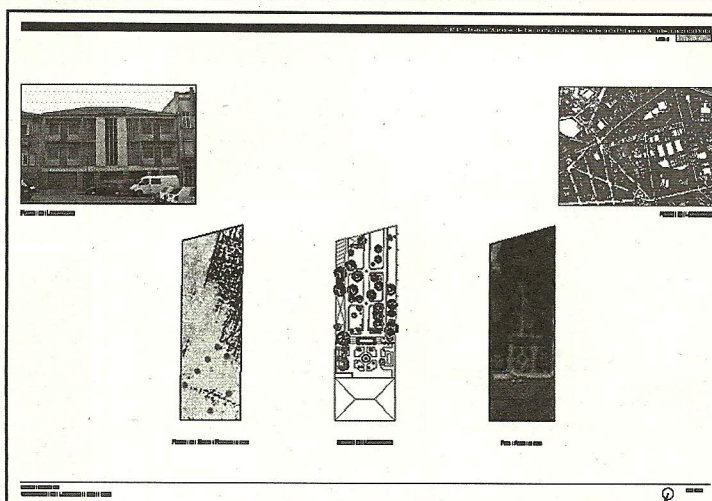


Fig.9 – Análise sumária do Logradouro

origem às transformações ou permanências detectadas pelo processo gráfico. Faz-se uma nota histórica sucinta para cada um dos espaços públicos que constituem a unidade base da metodologia do IPAP. Recorre-se aos vários arquivos existentes, camarários ou não, para detectar projectos do espaço público que possam datar e ajudar a compreender a evolução das formas urbanas. Entre os arquivos frequentemente consultados contam-se o Arquivo Distrital, o Arquivo Histórico Municipal do Porto, o Arquivo Geral da C.M.P., o Arquivo do Bolhão (projectos excepcionais da C.M.P.) e o Arquivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (I.G.A.P.H.E. – projectos estatais de habitação social). No estudo do edificado a nível individual, recorre-se aos dois arquivos da C.M.P., o Arquivo Histórico e o Arquivo Geral, onde se encontram os processos de obras particulares submetidos à apreciação municipal. No primeiro dos Arquivos podemos encontrar os projectos datados de 1820 a 1908 e, no segundo, todos os projectos apreciados a partir do ano de 1909 até à actualidade.

INTRODUÇÃO EM BASE DE DADOS DOS ÍNDICES DE LICENÇAS DE OBRAS

Numa primeira fase, são introduzidos os índices analógicos existentes nos arquivos Histórico e Geral da C.M.P. referentes ao espaço público em estudo. Com as referências sumárias neles contidas, produz-se uma listagem com todos os processos de obras particulares existentes no respectivo Arquivo para a toponímia em análise. Com estas listagens é, assim, possível iniciar a fase de consulta dos processos nos dois Arquivos da C.M.P.

PESQUISA DAS LICENÇAS DE OBRAS EM ARQUIVO

Com as listagens e os desenhos de registo da rua em estudo, inicia-se no Arquivo a pesquisa das licenças de obras, na tentativa de localizar os respectivos projectos, tarefa que se vai gradualmente tornando mais difícil, conforme se regride temporalmente, pois nem sempre as licenças mais antigas se encontram positivamente localizadas, nem os edifícios nelas contidas

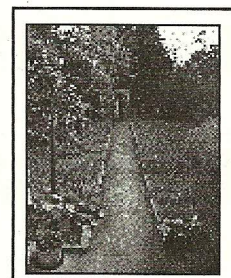
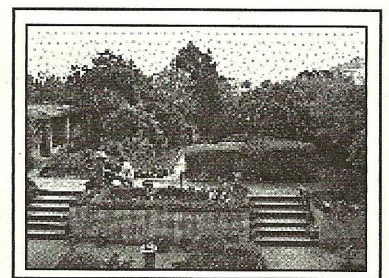
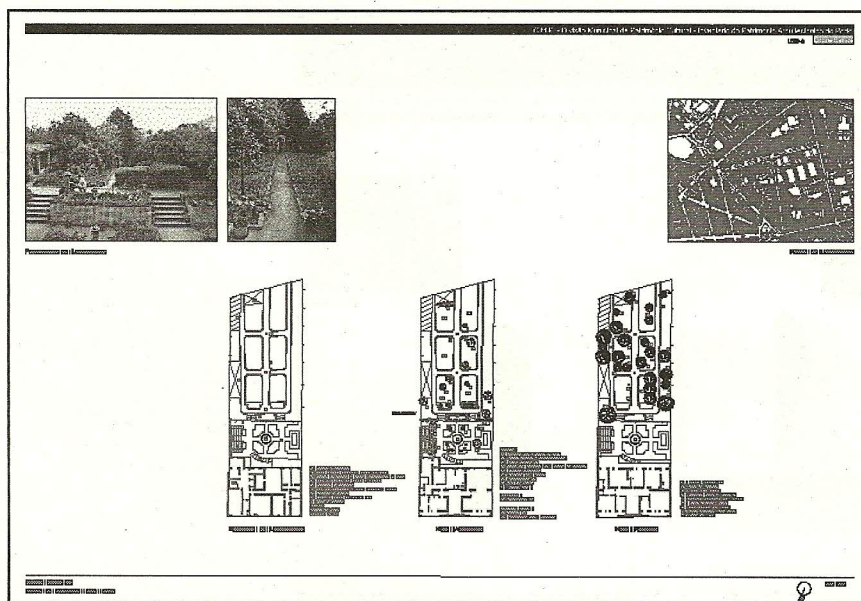


Fig.10 - Registo do Logradouro

existem. Por este motivo, a pesquisa é realizada de um modo temporalmente regressivo, iniciando-se o processo pelas licenças de obras mais recentes existentes no Arquivo Geral. Deste modo, é possível ir identificando as transformações efectuadas ao longo dos anos e identificar muitos edifícios que foram demolidos para dar lugar a outros. Este processo é também facilitado, pelo facto de a partir dos anos 40 se ter tornado obrigatório incluir nos processos fotografias dos edifícios que se pretendiam demolir. Nesta pesquisa, é preenchida uma ficha por cada licença de obras, que depois é introduzida na base de dados, onde, inicialmente, se introduziram os índices, permitindo assim actualizar, corrigir e pormenorizar a informação disponível à partida. As licenças de obras

identificadas são registadas no respectivo local da grelha dos desenhos de registo, disponibilizando, assim, a informação arquivística existente para cada lote de um modo muito simples e eficaz.

DIGITALIZAÇÃO DE PROJECTOS

Num estudo mais pormenorizado, ou quando é necessário efectuar o desenho dos alçados em computador, como já foi referido, digitalizam-se os desenhos existentes nos processos de licenças de obras. Pretende-se, no futuro, com maiores recursos humanos e materiais, efectuar a digitalização sistemática dos desenhos existentes nos processos de licenciamento, de modo a fazer a sua ligação à Base de Dados de Licenças de Obras, agregando-os ao respectivo registo.

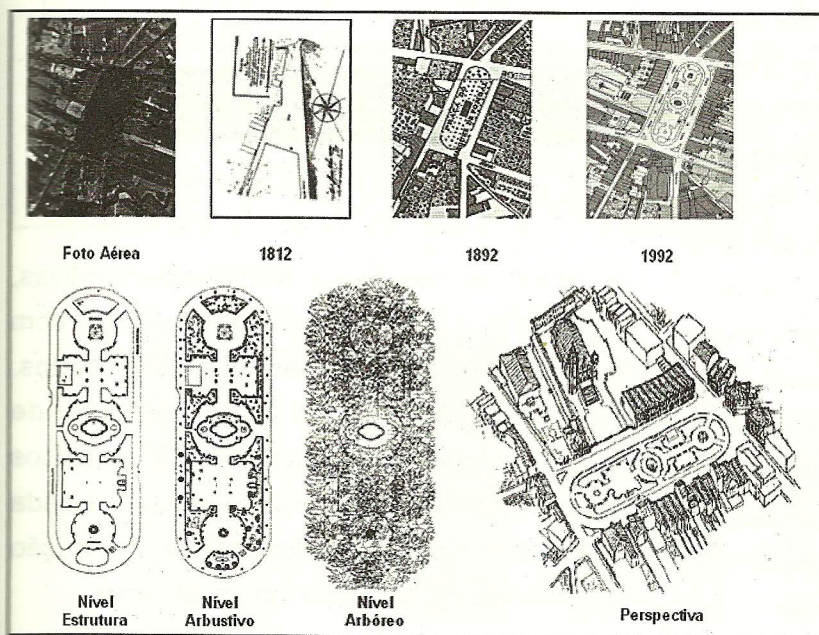
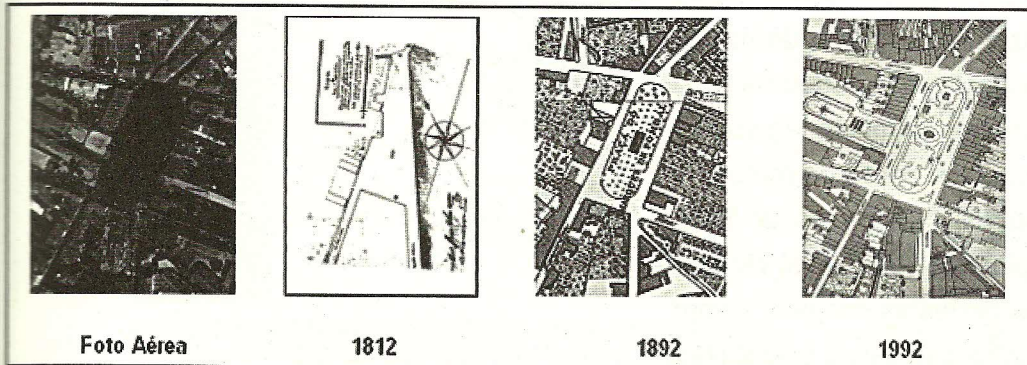


Fig.11 – Registo do Jardim da Praça do Marquês de Pombal



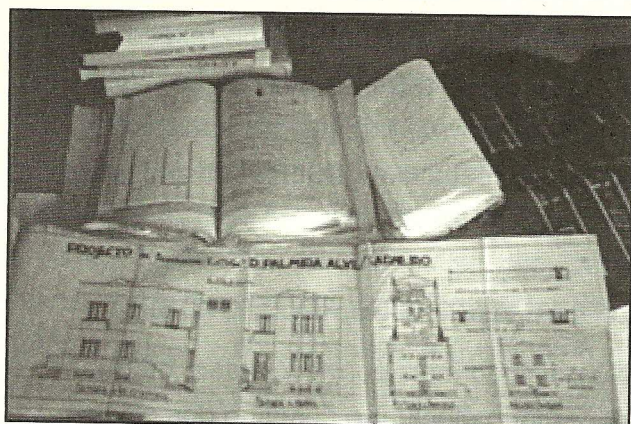


Fig.12 – Livros de Licenças de Obras do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

FOTOGRAFIA

Sendo um processo paralelo ao do desenho de registo de rua, a execução dos diversos tipos de fotografias permite, posteriormente, criar diversas tipologias de classificação no Banco de Imagens. Executam-se três grandes grupos de fotografias, que correspondem também a diferentes objectivos de registo do IPAP: fotografias de Rua, de Lote e de Pormenor.

No primeiro grupo, pretende-se, essencialmente, registar a envolvente e as intencionalidades urbanas existentes no espaço público em estudo, tirando-se, para isso, fotografias dos diversos enfiamentos urbanos e dos conjuntos existentes.

A fotografia de Lote pretende caracterizar cada um dos edifícios associados à sub-unidade de estudo. Para isso, registam-se essencialmente a fachada ou fachadas que confrontam com o arruamento, correspondendo esta situação ao registo mínimo. Em situações especiais de registo poderão também realizar-se fotografias do interior dos edifícios e dos respectivos logradouros.

As fotografias de pormenor permitem registar os elementos de relevo, assim como os materiais ou técnicas construtivas tradicionais de relevância patrimonial, tal como é possível ver nas imagens 14 e 15. A partir destas imagens e com a respectiva catalogação, é possível criar bases

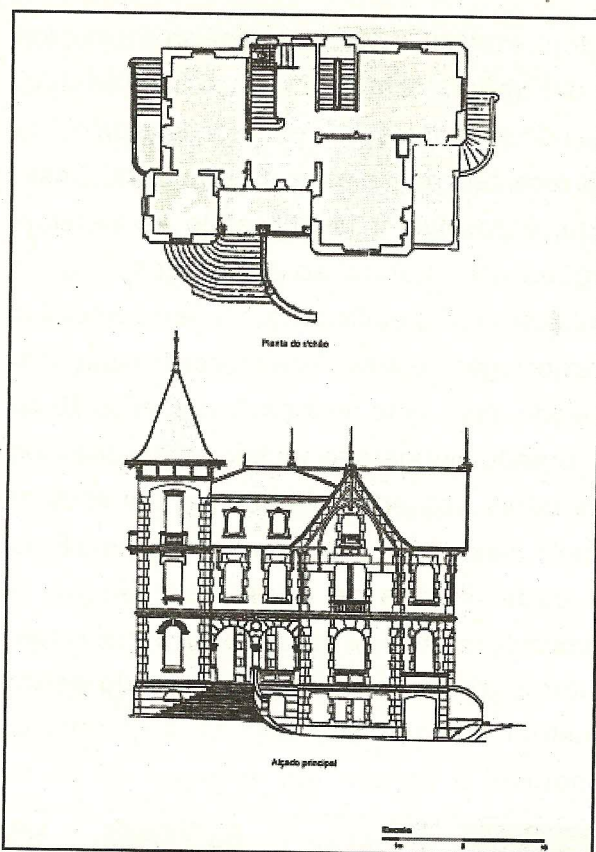


Fig.13 – Projecto de Licenciamento digitalizado do Arquivo Histórico Municipal do Porto (edifício já demolido)

de dados de materiais e técnicas construtivas, existindo já a Base de Dados de Azulejos, com algumas centenas de padrões identificados. Com estes elementos e com o desenho de registo, é possível executar alçados temáticos que permitam identificar a importância que cada uma destas técnicas tradicionais de construção ou materiais ainda possui no arruamento.

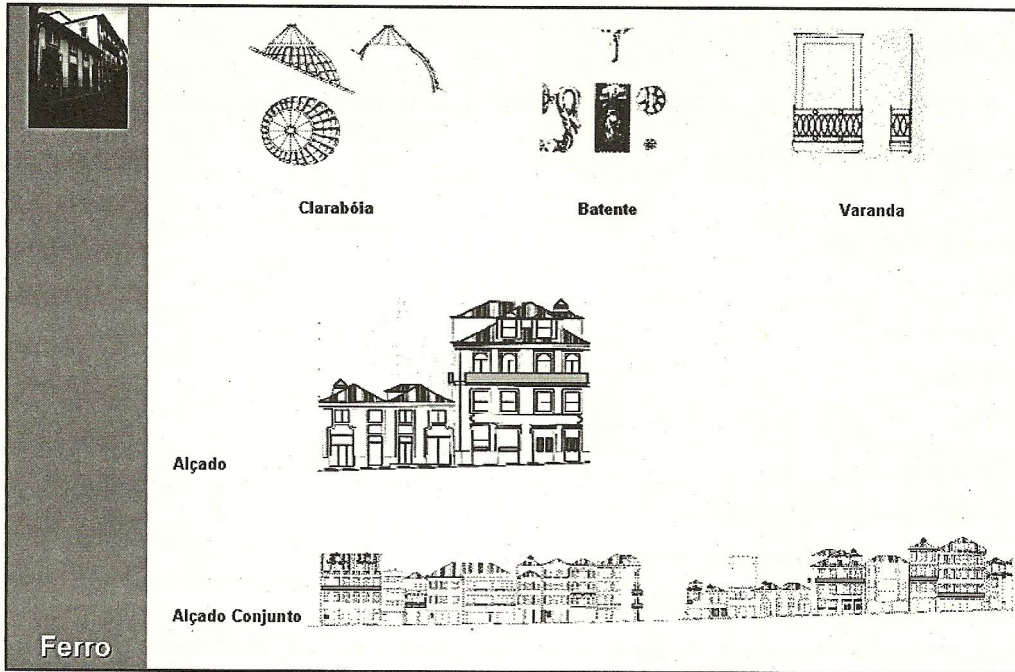


Fig.14 – Catálogo de Materiais – Ferro

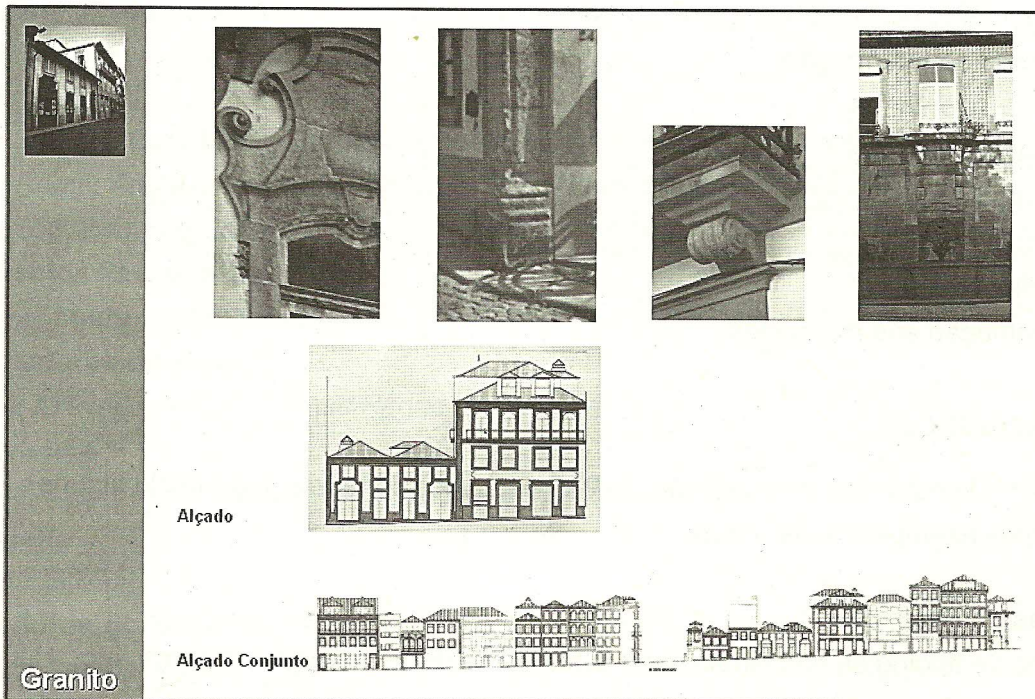
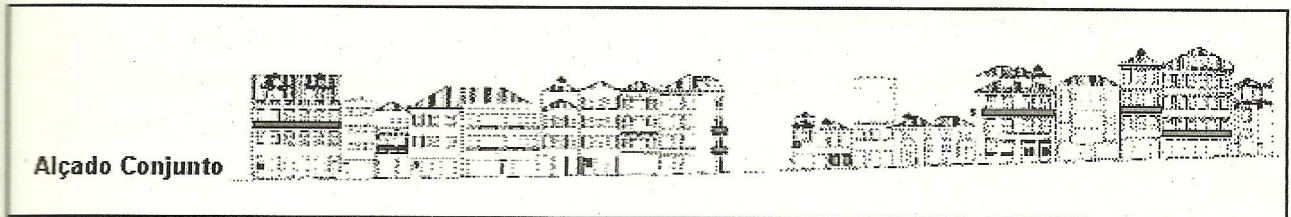


Fig.15 – Catálogo de Materiais – Cantarias de Granito

IPAP EM NÚMEROS

Até Janeiro de 2002 e desde o seu início, o Inventário do Património Arquitectónico do Porto produziu os seguintes elementos:

- 270 ruas desenhadas
- 137.350m
- 1 119 Folhas A2
- 10 000 Lotes
- 12 500 licenças de obras consultadas
- 24 000 fotografias
- 5 jardins públicos inventariados
- 16 logradouros privados inventariados
- 500 logradouros privados analisados sumariamente
- Apoio à Comissão Municipal de Defesa do Património (registo directo de diversos edifícios cujos proprietários pretendem proceder à sua alteração e fornecimento do material produzido para avaliação dos projectos de licenciamento submetidos)

IPAP – DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Em termos genéricos, podemos afirmar que este Inventário tem vocação para intervir nos seguintes domínios:

- protecção e recuperação do Património Arquitectónico
- gestão do Património Arquitectónico
- ordenamento do território e gestão urbanística
- sistemas de informação
- rede de inventários
- animação cultural
- Turismo
- Ensino
- Investigação
- aproximação aos munícipes

IPAP – PRODUÇÕES

Sem prejuízo de outro tipo de produção, o IPAP está vocacionado e já produziu alguns dos seguintes exemplos de «*output*»:

- cartas do Património
- cartas de tipologias funcionais – ex: cinemas, teatros, mercados, bairros, etc..
- cartas de risco
- cartas de evolução urbanística

- cartas de estatutária e escultura urbana
- cartas temáticas diversas. Exemplo: Arquitectura Religiosa, Arquitectura Militar, Arquitectura do Ferro, Arquitectura Civil Medieval, etc..
- itinerários culturais e percursos temáticos
- dossiers de autores - arquitectos, engenheiros, mestres de obras, artífices, etc..
- catálogos de materiais arquitectónicos: azulejos, cachorros, estuques, etc..
- apoio à elaboração de processos de classificação e planos de salvaguarda
- apoio à recuperação do património arquitectónico
- apoio à elaboração de planos e programas de requalificação
- apoio à elaboração de documentos e suportes informativos sobre a cidade
- apoio à organização das Jornadas Europeias do Património
- edição de folhetos e material de divulgação para turismo
- edição de dossiers escolares

EQUIPA DO IPAP (1998- Jan. 2002)

Directora de Departamento

Dr.ª Maria João Vasconcelos

Chefe de Divisão

Dr.ª Isabel Pinto Osório

Consultor do IPAP

Arq. Luís Aguiar-Branco

Coordenador da Equipa

Arq. Joaquim Flores

Coordenador de Informática

Vítor Silva

Arquitectos

Paulo Sousa; David Viana; Francisco Guedes; Jorge Semedo; Marta Cunha; Pedro Rema; António Mota; Miguel Tomé; João Saleiro; António Deus; Francisco Sousa Rio; Eduardo Santos

Arquitectos Paisagistas

Catarina; Marta Cudell; Rita Bonet

Historiadores de Arte

Manuel Azevedo Graça; Patrícia Roque de Almeida; Manuela Matos

Arquivística

Dra. Cláudia Rema; Isabel Oliveira; Deolinda Vasconcelos; Paula Lage

Fotografia

Joaquim Stiliano

Operadores de Sistemas

Augusto Santos; Ângelo Costa

Desenhadora

Gisela Baptista

BIBLIOGRAFIA

CONSEIL DE L'EUROPE, *Fiche d'indexation minimale des monuments historiques et des édifices du patrimoine architectural: Recommandation R(95) 3 du Comité des Ministres du Conseil de l'Europe aux États membres relative à la coordination des méthodes et des systèmes de documentation en matière de monuments historiques et d'édifices du patrimoine architectural*, Strasbourg, Conseil de L'Europe, 1995.

CONSEIL DE L'EUROPE, *Recommandation A dite Recommandation de Palma*, 1965.

CONSEIL DE L'EUROPE/CONSEIL DE LA COOPÉRATION CULTURELLE, *Inventaire de Protection du Patrimoine Culturel Européen (I.P.C.E.) basé sur la Recommandation de Palma*, Strasbourg, Conseil de L'Europe, s.d.

CONSEIL DE L'EUROPE/RCHM England, *Patrimoine architectural : un atout pour réussir la ville*, Patrimoine architectural Rapports et études, n°19, Strasbourg, Conseil de L'Europe, 1989.

CONSEIL DE L'EUROPE/RCHM England, *Patrimoine architectural, nouvelles technologies pour la documentation*, Patrimoine architectural Rapports et études, n°19, Strasbourg, Conseil de L'Europe, 1990.

CONSEIL DE L'EUROPE, *Patrimoine architectural : méthodes d'inventaire et de documentation en Europe – Actes – Colloque européen organisé par le Conseil de l'Europe et le Ministère Français de l'Education Nationale et de la Culture*, Strasbourg, Conseil de L'Europe, 1993.

LENIAUD, Jean-Michel, "Typologie de l'Inventaire et du Classement", in NORA, Pierre (sob a direcção de), *Science et Conscience du Patrimoine - Actes des Entretiens du Patrimoine*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1997, pp.321-330.

R.C.H.M. ENGLAND, *Recording Historic Buildings – A Descriptive Specification*, Londres, RCHME.

R.C.H.M. ENGLAND, *Midas – A Manual and Data Standard for Monument Inventories*, Londres, RCHME, 1998.

VALIMAÑA, Ramón Pico, "Patrimonio arquitectónico en el sistema de información del patrimonio histórico andaluz", in *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, Año IV, n°17, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Sevilla, Dezembro 1996, pp.100-103.

RECURSOS INTERNET

• PORTUGAL

<http://www.monumentos.pt> – página do Inventário do Património Arquitectónico (IPA) da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

<http://www.ippar.pt> – página do Instituto Português do Património Arquitectónico (Inventário georeferenciado)

<http://www.inventario.iacultura.pt> – página do Inventário do Património Imóvel dos Açores

• ESPANHA

<http://www.iaph.junta-andalucia.es/sibia.html> – página da *Base de Datos de Patrimonio Arquitectónico y Urbano de Andalucía*

<http://www.iaph.junta-andalucia.es/sipha.html> – página de *El Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía*

<http://www.iaph.junta-andalucia.es/bdtesaur.html> – página da *Base de Datos del Tesouro del Patrimonio Histórico Andaluz*

• ESTADOS UNIDOS

http://shiva.pub.getty.edu/aat_browser/aat_intro.html – página do *Getty Vocabulary Program* (Thesaurus)

• FRANÇA

<http://www.culture.gouv.fr/culture/bdd/index.html> – página do Inventário Geral do Ministério da Cultura de França

• INGLATERRA

<http://www.rchme.gov.uk/monarch.html> – página do *National Monuments Record* da *Royal Commission on the Historical Monuments of England*

<http://www.rchme.gov.uk/thesaurus/newuser.htm> – página do *National Monuments Record Thesauri* da *Royal Commission on the Historical Monuments of England*

• ITÁLIA

<http://www.iccd.beniculturali.it> – página do *Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione*